



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO

Assunto: Informações sobre o transporte de pacientes para realização de procedimentos médicos fora do município

Considerando que a prestação de serviços de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pode envolver, em determinadas situações, a necessidade de deslocamento de pacientes para outras localidades quando os procedimentos médicos, exames especializados ou consultas não estão disponíveis no município de residência;

Considerando que cabe ao Poder Público assegurar, nos termos da legislação vigente, o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, inclusive viabilizando os meios necessários ao transporte e suporte assistencial desses pacientes;

Considerando a importância de se avaliar a atual política municipal de logística e apoio ao paciente em trânsito, a fim de verificar sua efetividade, cobertura e conformidade com os princípios da equidade e integralidade da assistência;

Considerando a Lei Municipal nº 12.834, de 3 de julho de 2023, que institui o Programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no Município de Sorocaba, regulamentando o fornecimento de transporte e hospedagem para pacientes e, quando necessário, seus acompanhantes, que necessitam de atendimento médico fora do município;

Considerando a Lei Municipal nº 11.052, de 2015, que dispõe sobre o agendamento telefônico para solicitação de transporte de pacientes e acompanhantes para consultas, exames e demais procedimentos médicos, facilitando o acesso dos munícipes aos serviços de saúde;

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando nos informar o que segue:

1. A Lei Municipal nº 12.834/2023 regulamenta o fornecimento de transporte e hospedagem para pacientes e acompanhantes que necessitam de atendimento médico fora do município. Diante disso, quais diretrizes da referida lei estão atualmente sendo efetivamente aplicadas no atendimento





CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

aos munícipes? Há alguma regulamentação complementar ou protocolo administrativo que detalhe a sua execução prática?

2. Com base na legislação mencionada, os valores praticados atualmente no âmbito da ajuda de custo prevista (incluindo alimentação, transporte complementar e estadia) permanecem os mesmos de quando a lei foi publicada?
 - a) Se sim, existe previsão para reavaliação dos valores da ajuda de custo, uma vez que já se passaram dois anos da publicação da lei e, considerando a inflação e que os preços dos produtos e serviços aumentaram desde então?
 - b) Se não, qual os valores praticados atualmente? Qual a legislação que ampara a alteração dos valores?
3. Qual o quantitativo médio mensal de pacientes transportados para atendimento fora do município, discriminando, por tipo de procedimento e cidade de destino?
4. Qual a estrutura logística utilizada para operacionalizar esses deslocamentos (frota disponível, frequência, escala de horários e destinos mais recorrentes)?
5. Qual o tempo médio de permanência fora do município para pacientes com procedimentos previamente agendados, considerando deslocamento, espera e retorno?
6. Qual o procedimento adotado para solicitação, análise e agendamento do transporte por parte dos pacientes, e qual o prazo médio de resposta entre o pedido e a confirmação do serviço?
7. Existe sistema de controle, monitoramento e avaliação da qualidade do serviço de transporte prestado? Em caso positivo, enviar relatório ou indicadores disponíveis.

Atenciosamente,

S/S, Sorocaba, 16/05/25

ROBERTO FREITAS

Vereador



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300300037003700300036003A005000

Assinado eletronicamente por **Roberto Machado de Freitas** em 20/05/2025 15:01

Checksum: **4C6F1AE59C7FB5D90FE7FDD4C3B1AE7474D9FA7DA9D7FE661244EB913383D460**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3300300037003700300036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.